

EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Bruna Santos Araújo¹
Karine Costa Lima Martins²
Roberta Moraes Carvalho Alves Oliveira³
Iaponira Costa dos Anjos Dias⁴

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo principal compreender os conceitos e realizar análises sobre as finalidades em relação a educação especial e as dinâmicas existentes relacionadas com a inclusão, que é processo específico e relevante. Desta forma esta pesquisa explorou de forma breve os conceitos principais desta etapa da educação básica. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, com base em livros e artigos. Partindo das leituras e pesquisas realizadas foi possível compreender que a educação especial e a inclusão devem estar relacionadas de forma aprofundada para atender as necessidades dos alunos que precisam de atendimento especializados e incluídos de forma adequada em sala de ensino regular.

Palavras-chave: atendimento especializado; diversidade; desenvolvimento educacional

Área Temática: Educação Especial

INTRODUÇÃO

A educação especial e inclusão representa um campo essencial e desafiador no contexto educacional moderno. Esta abordagem pedagógica visa atender às necessidades específicas de alunos com deficiências, transtornos de

¹ Tecnóloga em alimentos pelo Instituto Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, Mato Grosso, MT. bruna.araujoc14@gmail.com.

² Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Anhanguera de Rondonópolis- Rondonópolis, Mato Grosso, MT. karynecl@gmail.com.

³ Licenciada em Letras pela Unopar – Universidade Norte do Paraná, Londrina, Paraná, PR. betinha0904@hotmail.com.

⁴ Licenciada em Português/Inglês pela UNIRG- Universidade de Gurupi, Gurupi, Tocantins, TO. nirapingo@gmail.com.

aprendizagem ou necessidades educacionais especiais, promovendo um ambiente de aprendizagem acessível e acolhedor para todos.

O princípio fundamental da educação inclusiva é o reconhecimento da diversidade como uma oportunidade enriquecedora para o desenvolvimento educacional, social e pessoal, tanto para alunos com necessidades especiais quanto para os demais estudantes. A diversidade é um conceito que permite embasamento para as práticas pedagógicas.

Ao adotar estratégias de ensino adaptativas e recursos didáticos especializados, a educação especial e inclusiva busca eliminar as barreiras que impedem a plena participação e o sucesso acadêmico desses alunos, enfatizando a importância de um sistema educacional que respeite e valorize as diferenças individuais. Partindo desses conceitos, a finalidade principal deste trabalho é apresentar conceitos e reflexões sobre os objetivos principais desta modalidade da educação básica, tendo em vista a dinâmica da inclusão de alunos atípicos.

OBJETIVO

O principal objetivo principal desse trabalho foi compreender e analisar os conceitos sobre as finalidades em relação a educação especial e as dinâmicas existentes relacionadas com a inclusão. o e analisar a

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, com base em livros e artigos de cunho científico e acadêmico. O embasamento bibliográfico teve por base trabalhos dos últimos 20 anos que abordam o tema especificados nesta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação voltada para crianças com necessidades especiais, se denomina como Educação Especial, sendo uma Modalidade de Ensino dentro da Educação Básica, com atribuições voltadas para um atendimento especializado e específico para crianças com deficiências físicas e mentais, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.

A educação especial é um conceito envolvente, o qual tem sido descrito, definido e explicado de muitas formas. Essas diferentes percepções sobre o que é a educação especial nasceram das experiências e das orientações de diversas pessoas. Ela deve ser entendida como uma lista de passos para serviços e resultados cada vez mais adequados aos estudantes com deficiências.[...] Um dos modos pelos quais a educação especial é definida diz respeito a professores que se dedicam a esta área. (SMITH, 2008,p.40).

Entretanto por conta do atendimento incompleto que apresentavam as escolas, levou a uma serie de propostas politicas educacionais que oportunizassem uma educação de qualidade para a criança especial. As políticas educacionais voltadas para a Educação inclusiva começaram a ser publicadas e a concepção sobre a inclusão no ensino começou a ser discutida e estudada. Partindo de pressupostos teóricos e legais, a Educação Inclusiva é uma concepção que permitiu uma visão diferenciada a respeito do ensino de portadores de necessidades especiais. Entender o conceito e as propostas da Educação Inclusiva é relevante para a formação do educador.

Leonardo (2008) explica que a inclusão de crianças com necessidades especiais na escola comum é um processo que passou por modificações no contexto de legislação e mudanças paradigmas a respeito de direitos dos alunos e deveres das instituições de ensino. As políticas direcionadas para inclusão de alunos especiais tem um contexto social e histórico que é marcado por mudanças existentes a partir do século XX. Inicialmente as crianças especiais eram tidas como diferentes ou anormais. No decorrer da história da educação, observa-se que as concepções foram modificadas, as transformações sociais e politicas fizeram com que houvesse transformações. Neste sentido é possível afirmar que:

A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim,

sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar. A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. (BRASIL, 2008, p. 6)

No Brasil o atendimento a pessoas com deficiência teve seu início no século XIX, e tinha finalidades voltadas para uma educação específica, as instituições eram organizadas de forma a atender separadamente. Com a publicação da Constituição Federal em 1988, objetivos voltados para o direito ao acesso ao atendimento educacional especializado são determinados e definidos.

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras” (BRASIL, 2010 ,p. 21).

Após a declaração de Salamanca ser publicada a definição e entendimento sobre as necessidades educacionais especiais, passou a ser de conhecimento de forma ampla, na qual alunos especiais são apresentados com singularidades de acordo com o ambiente onde estão inseridos. Apesar das concepções apresentadas e definidas a respeito da educação inclusiva, a garantia de acessibilidade e recursos voltados para um ensino de qualidade, não houve um resultado esperado. (ZEPPONE, 2011).

A Educação Especial conforme a concepção inclusiva passou a fazer parte das propostas da escola regular, com direcionamento para atender especificamente alunos com necessidades educacionais especiais de alunos, que apresentem deficiências físicas e mentais com deficiência, altas habilidades e transtornos de desenvolvimento. Em 1996, com a publicação da LDB 3494/96 ficou determinado que os sistemas de ensino deviam assegurar um ensino de qualidade e direito ao acesso. De acordo com a LEI Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Capítulo V :

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; (BRASIL, 1996,p.21).

Partindo destas propostas ocorreram mudanças e é possível observar que em 2007 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, é formulada, contando com o trabalho de estudiosos e teóricos de várias áreas do conhecimento, sendo que no início do ano de 2008, o MEC recebe este documento, que contem propostas voltadas para praticas educativas e ações que tenham uma abordagem ampla. (BARRETO; BARRETO, 2014).

Partindo destas perspectivas legais e educacionais Mantoan (2003) afirma que a inclusão se configura como uma reformulação das instituições de ensino, para que possam ter condições apropriadas de atendimento especializado, assumindo a responsabilidade de atender os alunos conforme suas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas das políticas públicas em seu contexto histórico e social sempre tiveram como diretrizes e finalidades o respeito e reconhecimento dos direitos ao acesso ao ensino mediante as singularidades de cada individuo, tendo em vista o respeito à diversidade e identidade do outro observando os aspectos sociais, psicológicos e intelectuais. Entende-se que a finalidade da educação especial voltada para a inclusão é oportunizar o direito de aprendizagem e convívio em sociedade ,tendo em vista as diferenças e especificidades.

Para que ocorra a inclusão de forma plena é necessário que todos tenham os mesmos direitos: respeito; de participação; socialização e interação e iguais oportunidades de aprendizagem. Para incluir de fato, as crianças especiais no espaço escolar, é necessário que as instituições de ensino desenvolvam algumas ações viabilizando efetivar a inclusão.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Maria Angela de O. Champion; BARRETO, Flavia de O. Champion; **Educação Inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem**. 1. Ed. São Paulo: Érica, 2014.

BRASIL. LEI Nº 9394/96- Lei de diretrizes e bases da educação nacional. **Educação Inclusiva**, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf. Acesso em: 20 de Dez. de 2024.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. pp 10-16 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>> Acesso em: 20 de Dez. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC/SEESP. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> . Acesso em: 20 de Dez. de 2024.

SMITH, Deborah Deutsch. **Introdução à Educação especial. Ensinar em tempos de inclusão**. 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas públicas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 2, p. 431-440, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572008000200014&script=sci_arttext . Acesso em: 23 de Dez. de 2024.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?** São Paulo : Moderna , 2003.